

EDITAL DE INSCRIÇÃO ( RESUMO EXPANDIDO) - PROGRAMA DE PÓS  
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EDUCAÇÃO

**ANÁLISE COMPORTAMENTAL APLICADA PARA ESTUDANTES COM  
AUTISMO NA ESCOLA PÚBLICA: SIMPLIFICAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO  
DO ESPAÇO ESCOLAR.**

*Leandro Correa Bologna (lebologna@msn.com)*

*Tacila Pereira (tacilanf@gmail.com)*

*Luzia Cecilia Da Costa Julidori (luziajulidori@hotmail.com)*

*Jessica Nascimento Novais (jnumesp@gmail.com)*

*Andreia Ribeiro (andreia75rb@gmail.com)*

*Kleber Natal De Souza (natal.souzak@gmail.com)*

*Cida Souza (cida300377@gmail.com)*

*Sibele Aparecida Bucchi Pereira (sibele.bucchi@gmail.com)*

*Luciane Duarte Da Silva (luduarte.2709@gmail.com)*

A questão da inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro tem sido objeto de discussão contínua desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Brasil, 1961), que já preconizava a integração "no que for possível", um termo que, paradoxalmente, gerou interpretações equivocadas e, por vezes, a segregação. Com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e, mais enfaticamente, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 2015 (Brasil, 2015), o direito ao atendimento

educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, foi reafirmado.

No que tange especificamente ao aluno com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), o cenário é de rápido crescimento: o número de crianças matriculadas em salas de aula comuns em escolas públicas e privadas saltou para 607 mil em 2023, um aumento de 50% entre 2022 e 2023, segundo dados do Censo da Educação Básica (Censo, 2023).

Diante da prevalência do TEA e da busca por intervenções eficazes, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) emerge como uma ciência que observa, analisa e explica a associação entre ambiente, comportamento humano e aprendizagem (Lear, 2004). Originária do Behaviorismo Skinneriano, a Terapia ABA busca ampliar o repertório comportamental, habilidades sociais, autonomia e minimizar comportamentos disruptivos (Gomes; Silveira, 2016). Para sua efetividade, a literatura sugere intervenção precoce, intensiva (25 a 40 horas semanais) e abrangente (Barboza; Costa; Barros, 2019). No entanto, a grande carga horária e os custos inerentes a esse modelo o tornam inacessível para grande parte da população, especialmente no Brasil, onde também se questiona a escassez de profissionais qualificados e o longo tempo de terapia, como manifestado por associações de defesa de direitos, como a Autistas Brasil, a Associação Brasileira para Ação dos Direitos das Pessoas Autistas (Abraça) e a Vidas Negras com Deficiência Importa (VNDI).

Exemplos desta tendência incluem a Lei Municipal nº 2.794 de Bambuí (Minas Gerais) de 2024, que autoriza a inclusão da Terapia ABA nas escolas municipais, e a Lei Estadual nº 9.956 do Rio de Janeiro, de 2023, com o mesmo propósito na rede estadual. Em São Paulo, o Projeto de Lei nº 712, de 2023, está em análise na Assembleia Legislativa, buscando autorizar essa mesma implementação, inclusive com a previsão de psicólogos e pedagogos por unidade escolar e estagiários de psicologia. No âmbito Federal, o Projeto de Lei nº 1.321, de 2022, estabelece critérios para a utilização da Terapia ABA por profissionais da saúde e educação, explicitamente autorizando a atuação de educadores formados na área.

Este estudo propõe-se a investigar e discutir criticamente a pertinência da aplicação da Terapia ABA no ambiente da escola pública. A questão central que buscaremos responder é: a implementação da Terapia ABA na escola favorece o desenvolvimento do aluno com autismo ou, de fato, representa uma otimização instrumental do espaço escolar por parte do poder público,

transformando-o em uma "pseudo-clínica" e desvirtuando sua função primordialmente pedagógica? A pesquisa argumenta que tal medida pode configurar um esvaziamento da obrigatoriedade do SUS em construir e equipar Centros Clínicos especializados, transferindo indevidamente a responsabilidade do tratamento para o professor, sobrecarregando-o e desqualificando ainda mais a profissão docente. Esta abordagem remonta perigosamente ao "serviço de inspeção médico-escolar" do século passado, onde a deficiência era tratada como doença e a falta de aprendizagem era vista sob um olhar clínico-psicológico (Jannuzzi, 1985; 2006).

A justificativa para esta pesquisa reside na urgência de que a escola, para ser efetivamente inclusiva, deve ir além do mero acesso e fornecer suporte adequado ao conteúdo programático, sem, contudo, descaracterizar-se. A superlotação, as múltiplas interações pedagógicas e sociais, e o dinamismo sonoro e interacional próprio do ambiente escolar, reflexo natural do processo coletivo de aprendizagem, não apenas comprometem a rigorosa execução dessa terapia, mas, fundamentalmente, desviam a escola de sua vocação pedagógica, transferindo para ela uma função clínica que desqualifica o trabalho docente e a própria essência do espaço educacional como um local de socialização e desenvolvimento integral. O objetivo desta investigação é descrever a opinião do professor que atua na sala regular, do gestor da unidade escolar e da família do estudante com TEA em relação à aplicação da Terapia ABA no ambiente escolar. Especificamente, buscaremos examinar documentos históricos da Educação sobre o papel social da escola e sua relação com a medicina, compreender os projetos de Lei sobre a aplicação da Terapia ABA no contexto escolar e verificar as percepções dos professores, gestores escolares e familiares de estudantes com TEA em escolas onde a Lei já foi regulamentada ou está em discussão para ser implementada.

A metodologia delinea-se por uma abordagem qualitativa, que busca imergir na complexidade dos fenômenos humanos e sociais, compreendendo-os em sua totalidade (Minayo, 2024). Adota-se um paradigma interpretativista, que reconhece a realidade social como uma construção dinâmica, gestada nas interações e nos significados atribuídos pelos indivíduos, enfatizando a intersubjetividade (Espósito, 1994). Para a interpretação do diversificado material narrativo coletado, empregar-se-á a Análise Textual Discursiva (ATD), conforme Moraes e Galiazzi (2016), uma metodologia fenomenológico-hermenêutica (Espósito, 2001) que permite transcender a mera descrição e produzir novas compreensões sobre os fenômenos discursivos. O processo da

ATD desdobra-se em três etapas interligadas e recursivas: a Unitarização, que consiste na leitura minuciosa do corpus textual e sua desagregação em unidades de sentido; a Categorização, onde se organiza as unidades de sentido em categorias analíticas, construídas de forma iterativa (De Sousa; Galiazzi; Schmidt, 2016); e o Meta-texto, a etapa final de elaboração de um texto interpretativo que sintetiza as ideias emergentes e articula com o arcabouço teórico, onde o pesquisador assume sua autoria na construção dos sentidos (Espósito, 2021). Os participantes serão selecionados, buscando abranger as múltiplas perspectivas: 10 professores da rede pública de ensino, 4 diretores de unidades escolares que atendem a alunos com TEA e 10 responsáveis por alunos com TEA. A coleta de dados ocorrerá por meio de entrevistas semiestruturadas e a produção de relatos escritos, permitindo acessar tanto reflexões espontâneas quanto construções narrativas elaboradas. A condução do estudo segue rigorosamente os princípios éticos, com aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), assegurando confidencialidade, anonimato e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todos os envolvidos.

Este estudo, busca oferecer uma contribuição substancial para um debate mais informado e crítico sobre a educação inclusiva para estudantes com TEA no Brasil e a efetividade das políticas públicas vigentes. Espera-se que os resultados parciais das análises das percepções dos atores-chave e da revisão bibliográfica e documental fomentem discussões que possam subsidiar a elaboração de diretrizes mais claras e eficientes. Tais diretrizes devem promover uma inclusão genuína, que valorize a autonomia do estudante, reforce a dignidade profissional dos educadores e, fundamentalmente, salvasse o papel intrínseco da escola como um espaço primordialmente pedagógico, de socialização e desenvolvimento integral, e não meramente terapêutico. Adicionalmente, ressaltamos a urgência de fortalecer a corresponsabilidade intersetorial entre as áreas da saúde e da educação, garantindo que cada setor cumpra suas atribuições específicas sem sobrecarregar o outro e sem comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.

Palavras-chave: análise comportamental aplicada; autismo; educação inclusiva; políticas públicas; função docente.